

O papel da Petrobras no novo projeto industrial do país

» DEYVID BACELAR

Coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

» CLOVIOMAR CARARINE

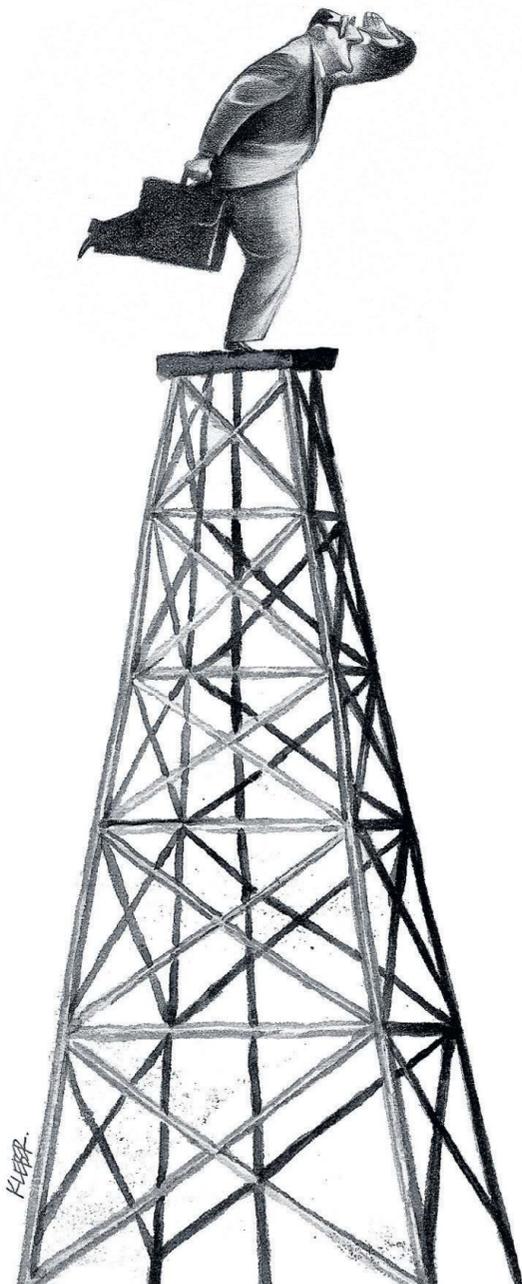
Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Diece/subseção FUP)

O programa Nova Indústria Brasil, lançado pelo governo federal no último dia 22, é mais um importante esforço para o país se desenvolver, voltar a ter um setor industrial forte e gerar empregos de qualidade. O programa apresenta uma visão política e programática do que seria um modelo de neointustrialização, levando em consideração os novos desafios do nosso parque industrial, como a proteção ao meio ambiente, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a geração de empregos dignos, entre outros. A política prevê aporte de R\$ 300 bilhões até 2026 provenientes de diversas fontes, principalmente financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O programa parte de três premissas e desafios há muito tempo discutidos pela sociedade brasileira: a) o fortalecimento da indústria brasileira é chave para o desenvolvimento sustentável do Brasil, dos pontos de vista social, econômico e ambiental; b) o Brasil passou a enfrentar um processo de desindustrialização precoce e acelerado, a partir dos anos 1980, com primarização da estrutura produtiva e fragilização dos elos das cadeias; e c) as exportações do país estão concentradas em produtos de baixa complexidade tecnológica, limitando os ganhos comerciais.

Contudo, para o movimento sindical petroleiro, cabe questionar qual o papel que a Petrobras poderá desempenhar no novo projeto industrial. Segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria, o setor de óleo e gás representa 10% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do país e contribui muito com o crescimento econômico, por meio de investimentos previstos em exploração e produção da ordem de US\$ 180 bilhões entre 2022 e 2031. Somente da Petrobras, estão planejados US\$ 102 bilhões entre 2024 e 2028.

Entre as seis missões apresentadas pelo novo programa, a quinta delas tem relação direta com o setor de óleo e gás natural, pois trata da "bioeconomia, descarbonização, transição e segurança energética para garantir os recursos para as gerações futuras". Nesse eixo, a Petrobras tem papel central a contribuir para a transição energética justa por meio de algumas frentes: produção de petróleo e gás a baixo custo e com baixa pegada de carbono; assegurando o abastecimento de biocombustíveis,



como diesel renovável, combustível sustentável para aviação e outros combustíveis verdes produzidos numa refinaria 100% verde; desenvolvendo tecnologias de captura, armazenamento e utilização de carbono; e contribuindo no avanço de novos segmentos econômicos, como o da produção de hidrogênio verde/azul e o da eólica onshore e offshore.

Outra importante frente de atuação da Petrobras deve ser o fortalecimento da política de conteúdo local, com a utilização estratégica do poder de compra estatal, como fazem os países desenvolvidos. Portanto, cabe exercer contínua e crescente pressão para que a Petrobras retome suas compras de máquinas e equipamentos no Brasil.

É preciso fortalecer o setor industrial local, gerar uma cadeia de fornecedores de peças e manutenção, mas também de embarcações e equipamentos de alta tecnologia, capazes de atender as demandas do setor, a preço justo e com eficiência. Segundo o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore, o setor naval chegou a gerar 82 mil empregos no Brasil em 2014, total reduzido para 20 mil em 2022, após abandono da política, principalmente como efeito da operação Lava-Jato e por uma gestão na Petrobras que privilegiava a construção de navios e plataformas fora do país.

Cabe ainda ressaltar a capacidade de investimentos em inovação tecnológica e geração de empregos de qualidade. Esses pontos estão nos princípios do programa Nova Indústria Brasil e precisam ser retomados na nova gestão da Petrobras. A empresa investiu, em média, R\$ 4,1 bilhões (em valores atualizados) em pesquisa, inovação e novas tecnologias, entre 2006 a 2014. Esses investimentos caíram para a média de R\$ 3,2 bilhões no governo Bolsonaro. Temas como inclusão econômica; equidade de gênero, cor e etnia; sustentabilidade; promoção do trabalho decente e melhoria da renda das famílias; além da redução das desigualdades, incluindo as regionais, precisam aparecer de forma mais clara nos planos de gestão e negócios da Petrobras.

Depois de um ano de reconstrução da Petrobras, é urgente avançar no retorno da empresa como ferramenta estratégica para o desenvolvimento nacional, para a soberania energética, para a geração de riqueza e redução das desigualdades sociais do Brasil.

Aprendizados separam a aprovação da cannabis medicinal no Brasil dos EUA

» ALLAN PAIOTTI

CEO da Cannect, ecossistema de cannabis medicinal, e ex-diretor do Hospital Alemão Oswaldo Cruz

A venda de cannabis medicinal nos Estados Unidos (EUA) deve chegar a US\$ 4,23 bilhões até 2026, de acordo com levantamento da Statista, empresa alemã de pesquisa. O montante é similar ao PIB do país de origem da cantora Rihanna, Barbados, que foi de US\$ 4,67 bilhões em 2020. O país norte-americano foi um dos precursores na liberação do canabidiol (CBD) para uso medicinal, um dos fatores para que esse mercado atingisse o patamar atual.

A Califórnia aprovou, em 1996, um projeto de lei (PL) que garantia acesso à cannabis para pacientes com HIV e câncer, e atualmente 38 estados norte-americanos têm o uso para fins medicinais liberado. Os EUA classificam o tratamento com CBD como suplemento alimentar isento de prescrição, permitindo a venda em supermercados, lojas de conveniência e até postos de gasolina, um claro excesso ao se considerar o aspecto medicinal.

O Brasil está quase duas décadas atrás da realidade da Califórnia. Com rigor técnico e científico, a liberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para importação de medicamentos com o princípio ativo só aconteceu em 2015, após grande pressão das famílias de pacientes com epilepsia, que até então só tinham acesso ao tratamento pela via judicial. Hoje, esse mercado movimentaria mais de R\$ 600 milhões no país, beneficiando cerca de 180 mil pacientes, segundo dados da Kaya Mind.

Em uma atuação corajosa e sem precedentes da Anvisa, a regulação deu um salto desde o final de 2019, quando entrou em vigor a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 327 para que produtos previamente registrados pelo órgão pudessem ser vendidos em farmácias, com prescrição médica controlada (azul ou amarela). No final de 2020, o acesso aos tratamentos ganhou novo impulso transformador com a entrada em vigor da RDC 335 (atual RDC 660/2022), que define os critérios e os procedimentos para a importação de produto derivado de cannabis por pessoa física, para tratamento de saúde de uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado.

Embora em maturação, o mercado brasileiro caminha para superar quatro grandes desafios: de acesso, garantindo custo e tempo de entrega viáveis, com o devido controle farmacológico; de engajamento e acompanhamento médico, monitoramento e controle da evolução clínica, efeitos adversos do tratamento e dosagem terapêutica para garantir efetividade; de educação médica, envolvendo sociedades científicas e ampliação de entendimento da prescrição e reais benefícios da terapêutica; e de regulação, com a aprovação de uma lei federal estabelecendo critérios para os setores público e privado no acesso a tratamentos seguros e de qualidade.

Cannabis medicinal é uma realidade, com milhões de pacientes obtendo mais saúde e qualidade de vida com seu uso ao redor do mundo. Seu princípio de ação, caracterizado pela definição do sistema endocanabinoide, tem grande poder na ativação dos sistemas fisiológicos do corpo humano e demonstra resultados bastante amplos, mas isso não significa que deva ser utilizada para qualquer situação, de forma indiscriminada. Visando a eficácia do tratamento e a segurança do paciente, há que se considerar a necessidade de orientação médica e acompanhamento ativo do tratamento, em sua maioria relacionado a doenças ou condições crônicas como fibromialgia, epilepsia, Parkinson, Alzheimer, stress, burnout ou TDH, apenas para citar alguns exemplos com alta prevalência na população brasileira.

As pesquisas científicas sobre o uso medicinal da cannabis retomaram a cena na última década com estudos robustos publicados em veículos reconhecidos pela comunidade médica. Israel e Canadá saíram na frente, mas, surpreendentemente, o Brasil tem sido reconhecido internacionalmente por seus trabalhos nessa área, com destaque para instituições como a Universidade de São Paulo (USP), de Ribeirão Preto.

Enquanto a experiência norte-americana mostra que é necessário cuidado ao se flexibilizar demais o acesso sem controle e orientação médica, a brasileira vem se tornando referência dentro e fora da América Latina por ser um país com o olhar clínico, científico e medicinal para a cannabis. Um mix das duas pode nos fazer avançar substancialmente e melhorar a vida de milhões de brasileiros que podem se beneficiar dessa terapêutica milenar e, ao mesmo tempo, tão nova.

Os equívocos das projeções econômicas de 2023

» FERNANDO FERRARI FILHO

Professor titular aposentado da UFRGS

» MARCO FLÁVIO DA CUNHA RESENDE

Professor titular da UFMG e pesquisador do CNPq

Após as eleições presidenciais de 2022, em que o país saiu politicamente dividido, a maioria das entidades empresariais e dos economistas do mercado projetava o colapso da economia brasileira no primeiro ano do governo Lula III. As projeções econômicas previam que o PIB continuaria estagnado, o IPCA fecharia o ano acima da meta inflacionária, o desemprego aumentaria, o câmbio seria desvalorizado, a Selic manter-se-ia em 13,75% ao ano, ou até subiria, e a relação dívida pública bruta/PIB estaria próxima a três dígitos.

Passados 12 meses, os referidos indicadores foram os seguintes: o PIB acumulado em quatro trimestres, tendo como referência o terceiro trimestre do ano, cresceu 3,1%; o IPCA fechou o ano em 4,62%; a taxa de desemprego trimestral — período setembro-novembro — foi de 7,5%; a taxa de câmbio ao final de dezembro fechou em R\$ 4,85/US\$ 1,00; a taxa básica de juros caiu para 11,75% ao ano — ainda elevada, diga-se de passagem, devido ao conservadorismo do Banco Central do Brasil (BCB) — e a dívida pública bruta, resultado para outubro, atingiu 74,7% do PIB. Enfim, os resultados dos indicadores macroeconômicos contrariaram as projeções econômicas pessimistas.

Ademais, se não bastassem os equívocos das referidas projeções, o governo conseguiu a aprovação no Congresso Nacional, mesmo tendo a minoria parlamentar, do Regime Fiscal Sustentável

(RFS), que assegura a sustentabilidade intertemporal da dívida pública, e da reforma tributária. Consequentemente, não somente o mercado ficou mais otimista com os rumos econômicos do país, bem como algumas agências internacionais de rating elevaram o risco de crédito do Brasil, tornando-o mais próximo da obtenção do "grau de investimento".

Diante do exposto, duas questões: por que as projeções se "equivocaram"? E o que esperar em 2024? Sobre os "equivocos" de previsão, por mais que o futuro seja condicionado por incertezas radicais, conforme afirmava Keynes, não é demais mencionar que análises econômicas têm que ser baseadas na racionalidade teórico-empírica e não no viés político-ideológico, o que, a nosso ver, talvez tenha condicionado aquelas elaboradas ao final de 2022. Mais especificamente, projeções são mais críveis quando baseadas na racionalidade teórico-empírica e, por conseguinte, quem as faz tende a errar menos, pois, em passant, economia, antes de tudo, é uma ciência.

Quanto às perspectivas para 2024, o compromisso do governo em zerar o déficit fiscal, o que restringe os investimentos em programas sociais e, principalmente, em infraestrutura, a queda lenta e gradual da Selic e um cenário internacional menos favorável — política e economicamente — condicionarão a performance da economia brasileira.

Como a dinâmica político-econômica do cenário internacional é uma variável exógena,

centremos as atenções nos pontos fiscal e monetário. No que diz respeito à questão fiscal, um novo ciclo de aceleração do crescimento depende da retomada do investimento privado. A confiança em um futuro promissor, requerida para destravá-lo, está relacionada à expectativa da aceleração do crescimento econômico e da estabilização da dívida pública/PIB, sendo que ambos os condicionantes estão conectados. Logo, a dinâmica do crescimento depende de investimentos públicos e da cooperação entre Mercado e Estado. Em suma, política fiscal contracíclica.

Neste particular, o RFS tem forte componente pró-cíclico, visto que a despesa pública somente poderá crescer até 70,0% do aumento da arrecadação, que, por sua vez, caminha pari passu com o aumento do PIB. Soma-se aos efeitos dessa pró-ciclicidade do RFS a meta de déficit zero para este ano, o que levará à necessidade de novas reformas constitucionais para cortar direitos à educação, saúde e previdência públicas.

Quanto à política monetária, é pouco provável que no ano em curso, o BCB, ainda sob a gestão de Roberto Campos Neto, reduza a Selic de forma mais acentuada, o que acaba desestimulando o crédito e os consumo e investimento privados e pressiona o custo financeiro da dívida pública. Enfim, diante do exposto, as expectativas para 2024, sob a ótica produtiva, são estímulos mais moderado e nível de emprego estável.